

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE (COFC) SOBRE AS LEIS DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO) E O PLANO PLURI ANUAL (PPA), REALIZADA NO DIA 28 DE AGOSTO DE 2021, NO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOCOCA.** Presidiu a audiência o Vereador Luis Fernando dos Santos, presidente da Comissão de Orçamentos, finanças e contabilidade, estiveram também presentes o Vereador Thiago José Colpani, Relator da Comissão de Finanças, Orçamento e Contabilidade (COFC), Eduardo Ribeiro Barison, Prefeito Municipal, a Analista Legislativo Rosa Carolina Negrini da Costa e o Secretário Legislativo João Henrique Gonçalves. Em razão do momento de Pandemia do Corona vírus a Audiência foi realizada de modo online transmitida nas mídias sociais da Câmara Municipal de Mococa Youtube e Facebook. O presidente abriu a Audiência desejando boa tarde a todos que acompanhavam pelas mídias sociais e pelas pessoas lá presentes e passou a palavra para o senhor Prefeito que também desejou boa tarde a todos e explicou que o departamento de planejamento apresentou a Câmara a LDO e plano Plurianual e completou dizendo que a presente audiência publica é de extrema importância, o senhor prefeito disse que a estimativa de receita foi reduzida de duzentos e oito milhões de reais para duzentos e dois milhões de reais sendo que em dois mil e vinte houve o aporte de recursos de doze milhões de reais que foram colocados a mais da receita do ano anterior, o executado no valor R\$ 189.000.000,00 acrescentou o prefeito que no plano Plurianual consta R\$ 20.000.000, 00 em impactos que tiveram que ser pagos para que fosse liberada a CND ao Município. O Presidente passou a palavra ao Relator Thiago José Colpani que desejou boa tarde a todos e explicou que a Audiência se tratava do orçamento municipal de Mococa e que a fariam sobre as peças orçamentárias sendo elas o PPA, LDO e LOA explicando de forma geral cada uma dessas peças. O senhor Prefeito pediu um aparte ao senhor Relator e explicou que a redução dos valores apresentados não se dava por conta da COVID e sim as receitas executadas em anos anteriores, almejando a busca mais próxima da receita exatamente como deve ser feita. O senhor Relator disse que quis dizer com o Covid que achou prudente a redução da receita, mas destacando a importância da fala do senhor Prefeito sobre a readequação das receitas anteriores que foram superestimadas no mandato anterior. O senhor relator apresentou um quadro com as despesas para o próximo quadriênio de 2022. O senhor Prefeito pediu para o Presidente que o fosse permitido acrescentar informações quanto aos slides que estavam sendo apresentados pelo senhor Relator. O senhor Prefeito questionou o senhor Presidente e o senhor Relator se ambos tinham conhecimento sobre o repasse que era feito do Governo Federal para o Município, em resposta ao senhor Presidente disse essa era uma das questões que seriam discutidas e que teria alteração da legislação para que as Comissões tenham mais tempo para analisar documentos relacionados as Audiências Públicas. O senhor presidente completou dizendo que as vezes não tem informações ou noção dos documentos pelo fato de terem pouco tempo para análise dos mesmos. O senhor Prefeito disse que todo recurso que vem para a saúde é avaliado em média e alta complexidade e que o Governo Federal repasse o valor de R\$ 1.100.000,00 para a Santa Casa vai R\$ 600.000,00 e para a

atenção básica vai em torno de R\$ 400.000,00. O senhor Relator comentou ter a informação do repasse de verbas e que achava que em 2020 foi repassado R\$ 45.000.000,00 do SUS para a Prefeitura Municipal, após, o senhor relator leu e explicou sobre as estimativas de gastos para o ano de 2022 e dois até o ano de 2025 em educação, vias urbanas, gestão e desenvolvimento e segurança pública, em seguida o senhor relator leu e explicou sobre as metas fiscais da LDO para 2022. O senhor Prefeito questionou o senhor relator sobre o que seriam as metas fiscais, o senhor Relator explicou que seriam as previsões de receita e o senhor Prefeito disse que na verdade esses são os benefícios a serem alcançados e tem relação com a liquidez do Município em pagar as suas dívidas. Após, o senhor Relator completou sua explicação sobre as metas fiscais e deu início nas explicações sobre despesas por programa de trabalho ao final o senhor relator salientou sobre o orçamento da Câmara Municipal que passa de R\$ 3.800.000,00 para R\$ 4.400.000,00 lembrando que segundo a Constituição Federal o Legislativo pode ter até 7% do orçamento da Prefeitura e a Câmara Municipal está com apenas 2% do orçamento da Prefeitura. Ao final dessas explicações o senhor relator passou a palavra para o senhor Prefeito que complementou as explicações feitas pelo senhor relator. Em seguida, o senhor Prefeito perguntou ao senhor Presidente a sua opinião sobre o que seria mais importante para a cidade e o ISS ou o IVA, o senhor Presidente respondeu que o ISS pelo fato do possível aumento da arrecadação para o município e o senhor Prefeito disse que o IVA para cidades menores seria uma boa questão pois os valores agregados ao ISS são maiores. Em seguida, o senhor Presidente disse que essa seria uma decisão do senhor Prefeito como chefe do executivo então, o senhor Prefeito disse que na visão dele isso deveria ser levado para discussão conjunta ente Executivo e Legislativo também pois tudo que é feito por ele é mandado para a Câmara Municipal em seguida o senhor Presidente disse que mesmo que sejam enviados assuntos para o Legislativo muitas das vezes não são aceitas ou acatadas as opiniões do mesmo pelo Executivo. O senhor Prefeito disse acreditar que o IVA daria um complemento substancial ao município, e que se saísse a reforma tributária os municípios teriam que escolher a forma de arrecadação se por ISS ou IVA e disse achar ser algo que deveria ser mensurado assim como a questão do REFIS que está sendo feito de forma efetiva pelo departamento financeiro. Porém, ainda existe muita margem para aumentar a arrecadação do município sem criar impostos para a população. O senhor Presidente disse que quando é citado o aumento do ISS, não é apenas aumentar o valor dele e sim trazer mais empresas e empregos para a cidade. O senhor Prefeito disse que a questão do ISS é a alteração e não aumento, e que já existe o IVA que fica naturalmente na totalidade do Governo Federal. O senhor Relator disse que a discussão sobre o IVA é primordial, pois é um imposto com um peso grande para o consumidor com o impacto de 12% e que é importante haver o aumento de emprego e renda em Mococa, movimentando a economia na cidade com turismo. O senhor relator disse também que como aconteceu na casa legislativa de Mococa com a renovação de treze vereadores e com isso não há tempo hábil para estudos sobre o PPA e LDO, o senhor Prefeito disse que com relação aos prazos para estudos de projetos foi debatido anteriormente e que pode ser discutido a possibilidade de aumento. Após, o senhor Presidente agradeceu a presença de

todos que acompanharam a Audiência Pública e declarou encerrados os trabalhos desejando boa tarde a todos.

Câmara Municipal de Mococa, 28 de Agosto de 2021.

\_\_\_\_\_  
Luis Fernando dos Santos – Presidente da  
comissão

\_\_\_\_\_  
Thiago José Colpani – Relator da  
comissão

\_\_\_\_\_  
Eduardo Ribeiro Barison – Prefeito  
Municipal

*Rosa Carolina Negrini da Costa*  
\_\_\_\_\_  
Rosa Carolina Negrini da Costa -  
Analista Legislativo

\_\_\_\_\_  
João Henrique Gonçalves – Secretário  
Legislativo